
INDISCIPLINA E INSUBORDINAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920: O CASO DA COLUNA DA *PROVÍNCIA* NA REVISTA *A DEFESA NACIONAL*

INDISCIPLINE AND DISOBEDIENCE IN BRAZILIAN ARMY IN THE DECADE OF 1920: THE CASE OF THE COLUMN *DA PROVÍNCIA* IN THE MAGAZINE *A DEFESA NACIONAL*

Fernanda de Santos Nascimento
Doutoranda em História pela PUCRS
E-mail: fernandaisrael@gmail.com

RESUMO: Durante a década de 1920, merece destaque a coluna *Da Província* na Revista militar *A Defesa Nacional*. A Revista, fundada em 1913, tinha por objetivo reformular o Exército e, para tanto, os oficiais reformadores insistiam nos problemas da instituição e nas possíveis soluções, que deveriam conferir um grau maior de profissionalismo à instituição. Nesse sentido, a coluna *Da Província* tinha por objetivo publicar, de forma anônima ou não, as reclamações e demandas de militares em serviço nas guarnições do interior do Brasil. Mensalmente, a publicação da coluna demonstrava a indisciplina, a falta de hierarquia e a desorganização da instituição muito antes dos levantes de 1922 e 1924, que agitaram a jovem oficialidade do Exército. Tal estado de coisas ajuda a compreender melhor o papel dos fatores internos nos processos insidiosos na instituição durante este período. A coluna perde força a partir de 1925, talvez pelo esforço dos editores em permanecerem legalistas e neutros diante das agitações tenentistas.

PALAVRAS CHAVE: Revista *A Defesa Nacional*. Tenentismo. Forças Armadas.

ABSTRACT: During the 1920s deserves special attention the column *Da Província* in the military magazine called *A Defesa Nacional*. The magazine, founded in 1913, was intended to reshape the Army and, therefore, the officers Reformers insisted on the problems of the institution and the possible solutions, which should give a higher degree of professionalism to the institution. Accordingly, the column *Da Província* aims to publish anonymously or not, claims and demands of serving in the military garrisons in the interior of Brazil. Monthly, the publication of the column shows indiscipline, lack of hierarchy and disorganization of the institution long before the uprisings of 1922 and 1924, which shook the young Army officers. This state of affairs helps to better understand the role of internal factors in insidious processes in the institution during this period. The column loses force from 1925, perhaps the effort of the editors and loyalists remain neutral in the face of unrest lieutenants.

KEY WORDS: *A Defesa Nacional* Magazine. Armed Forces. Tenentismo.

Em outubro de 1913 foi lançada no Rio de Janeiro a Revista *A Defesa Nacional*, publicação escrita e editorada por jovens militares inspirados pelos ensinamentos recebidos em estágios realizados na Alemanha. A ata de criação da Revista data de 20 de setembro de 1913 e foi redigida nas dependências do Clube Militar, no Rio de Janeiro. Tal ata registra o interesse dos militares ali reunidos para trabalhar em uma Revista “que refletisse as ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de

trabalho”.¹ O texto deixava claro o atrevimento dos jovens militares, ao intuir que a Revista foi criada pelo momento histórico, principalmente por conta das circunstâncias de atraso do Exército nacional.

O próprio título da publicação evidenciava o objetivo do grupo, ou seja, iniciar uma literatura militar renovada, além de estabelecer discussões em relação à defesa do território e aos problemas internos e externos relativos à defesa nacional. A Revista foi influenciada, indiscutivelmente, pela *Militaer Wochenblatt* alemã. O formato escolhido pelos fundadores de *A Defesa Nacional* foi o mesmo da Revista referida, 18x26cm. Este padrão seria característico da Revista até a década de 1930, quando a nova diretoria resolveu “modernizá-la”.²

A Revista, a princípio, teria apenas poucas páginas, mas, já em seus primeiros meses de vida causou considerável agitação dentro do Exército.³ A tiragem inicial foi de mil exemplares e os próprios editores encarregavam-se das despesas e do envio das revistas através do correio. Por volta de 1918, a publicação teve uma produção mensal de mil e oitocentos exemplares, atingindo cerca de 40% dos oficiais do Exército, notadamente tenentes e capitães. *A Defesa Nacional* era vendida apenas através de assinaturas e o meio civil correspondia a quase metade destas (CAPELLA, 1985, p. 51).

Já no ano de 1920, a Revista alcançou uma tiragem de 2.700 exemplares mensais. Tendo durante o ano de 1919 um efetivo autorizado de 2.500 oficiais e 500 alunos na Escola Militar do Realengo, o objetivo dos redatores era, com certeza, abordar toda a oficialidade do Exército com as suas ideias e mais: desejava inserir-se na sociedade civil para fazer públicas as questões relativas à defesa nacional.

Embora a tiragem fosse bastante alta para uma publicação mantida por um grupo de oficiais e sem apoio efetivo do Exército, não podemos inferir que a maior parte da oficialidade fosse assinante de *A Defesa Nacional*, pois em todas as edições analisadas é constante o apelo para novos assinantes. Deve-se levar em conta, ainda, que muitos exemplares eram ofertados gratuitamente para instituições de ensino bem como para ilustres

¹ Ata da fundação de *A Defesa Nacional* (ADN) publicada na Revista de outubro de 1933, em comemoração aos vinte anos de sua fundação.

² O número de janeiro de 1935 trouxe mudanças na composição da Revista: o editorial, objeto tradicional da Revista, foi suprimido. A Revista ganhou diversas seções e o grupo responsável diretamente pela publicação foi elevado a trinta e dois militares, divididos entre o *Grupo de Administração*, o *Grupo de Redatores* e os *Auxiliares*. A Revista foi dividida em diversas seções, de acordo com os interesses técnico-profissionais do Exército: infantaria, cavalaria, artilharia, artilharia de costa, engenharia, intendência, transmissões, educação física, veterinária, pedagogia, literatura-história-geografia, variedades e estudos sociais.

³ A chegada da Revista nos meios militares não foi fácil: foi necessário vencer a inércia de comandantes que não desejavam sua publicidade e de oficiais que caminhavam na contramão das ideias propostas pela Revista. Vários exemplares do primeiro número enviados a comandantes de unidades foram devolvidos aos editores sem, ao menos, terem sido folheados.

intelectuais civis, já que os redatores acreditavam na necessidade de demonstrar os problemas do Exército para a sociedade.

A maioria dos colaboradores e mantenedores da Revista eram tenentes e capitães; nomes de majores também figuravam nas páginas da Revista como cooperadores. Em todas as edições a publicação trazia em sua contracapa a relação dos representantes nos corpos de tropa espalhados pelo Brasil, sendo os oficiais capacitados para receber as assinaturas e distribuir a Revista.

Durante a década de 1920 foram representantes de *A Defesa Nacional*, entre outros militares: Pedro Aurélio de Góes Monteiro, João Carlos Gross, Mascarenhas de Moraes, Emílio Médiçi, Orlando Geisel e Valentim Benício. No corpo mantenedor, tiveram destaque Eurico Dutra, João Batista Magalhães, Tristão de Alencar Araripe, Humberto Castelo Branco, Pantaleão Pessoa, Mário Travassos e Daltro Filho, além dos fundadores da Revista, Bertholdo Klinger, Parga Rodrigues e Leitão de Carvalho, entre outros tradicionais “jovens turcos”.⁴ Todos estes militares teriam relevo nas décadas seguintes da história nacional.

Durante a década de 1920, grande parte dos exemplares, houve a colaboração de oficiais da Marinha. Ora, os militares fundadores de *A Defesa Nacional* não desejavam que a Revista fosse restrita unicamente ao Exército, embora dedicasse a maior parte de suas páginas à instituição. Colaborações da Marinha surgem com bastante constância na Revista até meados da década, quando decresceram sem motivo aparente. A Revista enfrentou no transcorrer deste período, ainda, uma grave crise editorial.

A partir de 1921 sua periodicidade é constantemente alterada, não conseguindo se cumprir a meta de uma publicação mensal. As revistas passaram a sair bimestralmente e, por vezes, até trimestralmente, embora isso não tenha se transformado em um padrão. Durante o ano de 1923 os redatores enfrentaram, igualmente, certo colapso econômico nos caixas da Revista, o que culminou com a suspensão de algumas das edições gratuitas distribuídas mensalmente. A assinatura foi reajustada devido ao aumento do valor papel e da mão de obra tipográfica; além disso, as revoltas e expulsões a partir de 1922 do Exército afastaram assinantes e representantes do grupo mantenedor de *A Defesa Nacional*.

Em maio de 1924, os redatores registraram que os movimentos insidiosos de julho de 1922 perturbaram o andamento da Revista, alterando a movimentação do caixa financeiro que passou a operar com déficit. Nesse momento, a camaradagem de certos militares,

⁴ Esses jovens oficiais logo passaram a compartilhar da alcunha de *Jovens Turcos* e, indiscutivelmente, seu sentido inicial foi pejorativo. A expressão apareceu pela primeira vez no meio militar por volta de 1909-1910, quando alguns novos oficiais passaram a levar para a imprensa suas aspirações progressistas. A relação estava sendo feita com o Exército turco, cujos oficiais engendraram grandes transformações por volta deste período.

notadamente do General Silva Pessoa, fez com que a Revista fosse editada mesmo com déficit. Também a encarecida ajuda do diretor de *O Malho* e de seus ajudantes tipográficos auxiliou a Revista em momentos de crise durante este período, imprimindo *A Defesa Nacional* com os custos mais baixos possíveis.⁵ A situação financeira da Revista só se aprumou em 1927 para ser novamente dificultada após 1930.

A COLUNA “DA PROVÍNCIA” NA REVISTA A DEFESA NACIONAL

Durante os anos finais da década de 1910, uma coluna relevante na Revista *A Defesa Nacional* foi a *Da Província*. Esta coluna dedicava-se a publicar informes de oficiais que serviam no interior do Brasil sobre a situação de suas guarnições militares. A menção à “província” era proposital, em oposição aos oficiais que serviam na capital. Alguns militares tinham desprezo pelos oficiais que serviam anos a fio na capital, chamando estes jocosamente de “o Exército da Guarda Republicana” ou, ainda, de o “Exército da corte”.⁶

Ao longo desse período, uma das principais demandas dos jovens militares reformadores era a questão das promoções. O sistema antiquado não permitia aos jovens tenentes oportunidades na escala hierárquica, sobretudo para aqueles que eram destinados a servir nas guarnições do interior do país.

Dependendo do caráter do texto a ser publicado, a identidade do autor era preservada; em muitos casos os militares não economizavam palavras para descrever a sua situação nos corpos de tropa do interior. Um oficial do 3º Regimento de Cavalaria, em Bela Vista, Mato Grosso, informava que:

Aqui estamos nas mesmas condições ou piores, que os corpos do Rio Grande; basta dizer que não temos quartel, não temos cavalo, não temos fardamento, não temos um médico para atender aos doentes (...) estamos internados a 43 léguas da 1ª estação da estrada de ferro... (ADN, janeiro 1919, p. 119).

Por vezes, a coluna ensejava conversas entre oficiais, como em junho de 1921, quando um oficial denunciou a falta de peças nos canhões de sua bateria e a ausência de colaboração do Arsenal de Guerra, no Rio Grande do Sul. No mês seguinte, em julho de 1921, sua denúncia foi respondida pelo oficial comandante do Arsenal de Porto Alegre, coronel Fabio

⁵ As crises são frequentemente citadas na Revista. Exemplos podem ser vistos em Fatos e Notas, em *A Defesa Nacional*, maio de 1924 e Dando Exemplo, em *A Defesa Nacional*, agosto de 1926.

⁶ Tenente José Faustino, **O Ingrato Aviso 265**, em *A Defesa Nacional*, junho de 1919; também em *Da Província*, em *A Defesa Nacional*, abril de 1921.

Patrício de Azambuja. Este retrucou que as peças já haviam sido despachadas para a guarnição de artilharia e o arsenal não tinha mais responsabilidade sobre as mesmas, ignorando seu atual paradeiro.

A coluna *Da Província* não era provocativa; os próprios militares que enviavam suas demandas, considerações e reclamações à coluna esperaram a visibilidade e apoio proporcionado pela Revista. Em maio de 1921, um oficial de Uruguiana pede uma bomba elétrica para abastecer o quartel com água do rio Uruguai, distante cerca de 150 metros do local, que sofre permanentemente com falta de água. Espera que, desta forma, o Ministério da Guerra fique ciente de sua solicitação pública (ADN, maio de 1921).

Neste período, a situação do Exército brasileiro em relação a sua estrutura está completamente comprometida. A deficiência demonstrada em Canudos, entre 1896 e 1897, não foi vencida na Guerra do Contestado, em 1914. O tenente Demerval Peixoto, que esteve em operações militares na região do Contestado entre setembro de 1914 e abril de 1915, foi o autor de uma série de publicações sobre sua participação no conflito. Peixoto revela, de maneira crua, que o projeto de modernização do Exército – posto a cabo através de diversas reformas desde o início do século XX – não havia atingido grandes resultados em 1916. Sua crítica é profunda, ao afirmar que o Exército é “o mesmo ou pior que o de vinte e cinco anos atrás”, evidenciando que a sua participação no Contestado foi de grande relevância para esta percepção (RODRIGUES, 2008, p. 103). De fato, o Contestado foi bastante relacionado com outro conflito popular que necessitou de intervenção militar na nascente República brasileira: Canudos. Ambos os movimentos são vistos pela historiografia como momentos de tensão onde fica patente o despreparo do Exército “profissional” para lidar com forças militarmente “inexperientes”, formadas por sertanejos e homens do campo. Para Peixoto:

A deficiência de nosso aparelhamento militar exaltou-se ao primeiro momento da necessidade de seu emprego. A despeito do ardente desejo pelo seu engrandecimento, por parte de grande numero de oficiais, o Exército é, em quase tudo, o mesmo ou pior que o de vinte e cinco anos atrás. Apesar das alterações consecutivas de seus uniformes, das mudanças de nomes das repartições e das permutações de aquartelamentos [...] o Exército é o mesmo de outrora (apud RODRIGUES, 2008, p. 104).

Ainda sobre as deficiências do Exército nacional, em 1919, ao ser convidado para assumir a pasta de Guerra, João Pandiá Calógeras fez um relatório geral para ser entregue ao Presidente do Brasil eleito, Rodrigues Alves. Neste relatório, os principais pontos criticados

por Calógeras são: os tiros de Guerra e o recrutamento; ⁷ o sistema de promoções, especialmente ao generalato; a questão do material, sobretudo dos arsenais de guerra; e a instrução da tropa e da situação caótica das forças armadas. Seu ministério tentou resolver parte destes problemas, especialmente aqueles concernentes a falta de infraestrutura dos quartéis espalhados pelo interior do Brasil.

Em 1927, um relatório escrito pelo então general Tasso Fragoso, intitulado *Reflexões sobre a Situação Militar do Brasil*, apresentava um sombrio panorama sobre o Exército brasileiro (apud McCANN, 2007, p. 64). O autor contrastou a eficiência e a prontidão das forças armadas argentinas em comparação com a “desordem” brasileira. Nesse relatório, pedia especial atenção aos problemas de recrutamento, remonta, aviação, transportes, comunicação e o rearmamento e reorganização do Exército. A situação de penúria da instituição não era ressaltada apenas nas páginas de *A Defesa Nacional* e na coluna *Da Província*. Era preocupação de muitos militares, demonstrada, inclusive, em livros e relatórios.

Entretanto, o caráter combativo da coluna *Da Província* foi perdendo força e, a partir de 1925, seus informes diminuem nas edições da Revista. O fim paulatino da veiculação da coluna parece ter duas causas: por vezes, a imprensa utilizava os dados ali publicados para fazer sensacionalismos em relação à situação do Exército.⁸ Por outro lado, a menção de dados negativos destacava a situação de indisciplina e desorganização do Exército, estimulando, possivelmente, reações mais combativas de alguns oficiais. A partir de 1926, a coluna passou a compartilhar informes positivos de oficiais sobre manobras executadas, instrução aos soldados e ordens do dia. Os relatos negativos da situação das guarnições não são mais publicados e, a partir da década de 1930, a coluna desaparece totalmente.

Aliás, a ação da imprensa da capital e sua intromissão nos assuntos militares, são citadas frequentemente pelos redatores da Revista: “de certo nos entristece ver simplesmente explorados em escândalos, por órgãos de nossa imprensa, os assuntos que discutimos” (ADN, junho de 1919). Em março de 1921, os redatores acusam a imprensa de fazer campanha contra o serviço militar obrigatório “aumentando embaraços” à execução da lei e fazendo jus à depreciativa ideia de que o brasileiro é uma raça fraca e sem ideal “afirmando que nós somos um povo destituído de qualidades varonis” (ADN, março 1919). O problema não estava nos quartéis nem nos militares, mas na indiferença do povo pelo futuro da nação, que seguia

⁷ Os chamados Tiros de Guerra eram associações civis que passaram a formar a primeira reserva organizada do Exército. Em 1896 criou-se a Confederação Brasileira, como forma de aproximar os jovens das classes média e alta do serviço militar e, partir de 1898, o comando do Exército passou a incentivar os exercícios de tiro ao alvo na tropa.

⁸ Em junho de 1919 os redatores lamentam que dados divulgados na coluna *Da Província* foram utilizados pela imprensa para montar matérias sensacionalistas e sem benefício algum para a situação do Exército.

sendo alimentado “pela ação dissolvente de um egoísmo sem entranhas” propagado, justamente, pela imprensa.

Na mesma edição, os redatores invocaram ainda outro caso surgido na imprensa da capital: em fevereiro de 1921 jornais tentaram explorar o caso da prisão de um soldado dizendo que o mesmo havia sido preso por conta de perseguições movidas pelo seu oficial. Os periódicos pediram a averiguação do caso e punições para o oficial em questão. Os redatores de *A Defesa Nacional* esclareceram, então, que as prisões foram motivadas por falta disciplinar, conforme constava nos autos da guarnição. Para culminar o escândalo, um promotor da Justiça Militar decidiu abrir inquérito para apurar a situação em que o soldado foi preso. A Justiça Militar durante este período era exercida, majoritariamente, por bacharéis civis que se tornavam militares somente depois de admitidos na justiça. Sua ação era jocosamente identificada como a de um “honrado cidadão que do dia para a noite haja penetrado no Exército unguído para tão elevadas funções apenas de frágil garantia de uma carta de bacharel” (ADN, março de 1921). Era inconcebível, portanto, que as ações de um oficial estivessem sob a tutela de um preceptor, retirando a autoridade e o prestígio imprescindíveis para o exercício do comando. Os militares demonstravam, profundamente, a sua insatisfação na intromissão inadvertida de elementos adversos à caserna.

Parte da insatisfação dos oficiais publicadas na coluna *Da Província* provinha da falta de uma lei de promoções que fosse equitativa e justa, na opinião dos oficiais. A lei, em vigor desde 1891, desgostava profundamente os militares e, na opinião da maioria, contemplava apenas o favoritismo. Ao invés de defender o desenvolvimento profissional, acabava por beneficiar aqueles que gastavam seu tempo “na cavação de votos e pistolões”. Em artigo publicado em 1919 os redatores da Revista se perguntavam se “haverá hipótese de ser contemplando [...] um oficial que não se fez conhecer por um dos membros da comissão de promoções?”. A resposta obtida para a pergunta era, obviamente, uma negação: um oficial que não fosse conhecido da comissão de promoções jamais seria escolhido para ocupar novo posto na Instituição. Os oficiais que serviam no interior “vivem lutando com a falta de chefes que os façam progredirem” (ADN, janeiro de 1919). Ou seja, os oficiais despachados para as guarnições afastadas do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e dos Estados do Norte acabavam muitas vezes “esquecidos” pelas comissões de promoção, nos mais longínquos cantos do Brasil, e lá perdiam sua gana e vontade profissional. Para o 1º tenente Manoel Carlos, “o oficial não é conhecido porque não foi classificado [...] e não é escolhido para promoção porque [...] não teve quem se lembrasse de examinar os seus serviços” (ADN, junho de 1920). De acordo com o tenente, a transferência para as capitais era incerta, caso o

oficial não tivesse uma mão forte que o amparasse. Neste caso, estava fadado a ficar “como um desterrado, como um banido” no interior do Brasil, a não ser que usasse de meios dolosos e onerosos para ser promovido (ADN, junho de 1920).

Esta situação acabava por deixar alguns oficiais servindo por anos em uma guarnição específica, onde casavam, constituíam família e se habituavam à política local. Sua ação como militares transformava-se em “inutilidade”, pois pouco se importavam com as premissas e interesses da instituição. A consequência era medida pela natureza nociva que seu trabalho significava para o Exército “porque inutilizam por vaidade inconfessável os corpos que tem a infelicidade de cair em suas garras” (ADN, julho de 1923). A solução deveria ser o envio desses oficiais para as escolas de aperfeiçoamento da Capital. Mas nem sempre tal alternativa era contemplada: muitos oficiais conseguiam dispensas por saúde, alegando dificuldades que, na realidade, não possuíam, ou, ao chegarem ao Rio de Janeiro, pediam trancamento de matrícula e conseguiam retornar às suas guarnições originais.⁹

O problema das promoções não era visto apenas pelos militares. O relatório geral sobre a administração do Brasil, escrito por Calógeras, dedica, por exemplo, parte de sua narrativa a essa temática. Calógeras afirmou que “o oficial menos frequentador dos dispensadores de graças, mais adito à vida do quartel e ao aperfeiçoamento da tropa, mais mal visto fica de seus chefes”, tendo em vista que, afinal, as promoções obedeciam a considerações políticas e pessoais, não importando a formação militar de um oficial (CALÓGERAS, 1935, pp. 95-99).

Em 1929, uma série de epígrafes indicou os pontos fracos da lei de promoções vigente: “há duas grandes queixas contra a nossa atual lei de promoções. A primeira é simples: a lei não sabe evitar os insuficientes. A segunda, com exigências maiores, acusa o mecanismo dela de inadaptação às condições novas do Exército” (ADN, novembro de 1929, p. 117). Nas páginas seguintes, os oficiais asseveraram que “a atual lei de promoções datada de 1891 é antiquada, por isso que tudo se tem modificado, menos ela; é antimilitar porque os seus processos entretêm o espírito político nos quadros.” (ADN, novembro de 1929, p. 121).

A situação criava margem para a insatisfação dos oficiais com seus superiores e deixava implícitos os momentos de quebra de hierarquia quando, por falta de oficiais responsáveis, tenentes e capitães eram postos no comando de batalhões e regimentos que deveriam ser chefiados por majores ou coronéis. Em 1919, o 5º Regimento de Artilharia era liderado por um 1º tenente; em Campo Grande, no 8º Regimento de cavalaria, em

⁹ Estas soluções são referidas pelo capitão Luiz de A. Correia Lima, em artigo publicado em agosto de 1923.

Uruguaiana, um major comandava uma Brigada e o capitão dirigia o Regimento; em 1920, em Belém, um tenente conduzia, simultaneamente, três companhias de Infantaria.¹⁰ Esta situação é repetidamente citada nos depoimentos em *Da Província*, evidenciando que o Exército já enfrentava, muito antes dos levantes de 1922, situações de indisciplina e quebra de hierarquia em seu interior.

Informes davam conta de que uma guarnição de São Borja mudou, em dois anos, vinte e quatro vezes de comandante. Nesse período, trezentos e vinte oficiais deram alterações de inclusão, exclusão, comando e licença no Regimento, sendo que um desses oficiais declarou-se adoentado seis vezes em poucos meses, sempre às vésperas das manobras militares (ADN, maio de 1921). Como manter, em uma situação como essa, a disciplina militar? Em outros regimentos, o soldo dos soldados estava atrasado em mais de três meses, fazendo com que oficiais se ressentissem do comando e impelindo, desta forma, a caserna a um ambiente de anarquia e desorganização (ADN, maio de 1919).

Um oficial do 7º Regimento de Artilharia, na cidade de Itu, reclamou que o regimento possuía apenas dois sargentos e que não existiam candidatos aptos para a função, por conta do atraso no sorteio militar. A situação – advertiu o oficial – não era para o desânimo, pois “isto nos estimula no trabalho e só assim temos autoridade nos protestos”. Outro oficial, do 44º batalhão de caçadores, em Teresina, perguntava-se como, em um batalhão, onde faltam oficiais e efetivos, consegue-se manter a administração, a instrução e a disciplina (ADN, maio de 1919). Outro oficial, de Bagé, admitiu a falta de disciplina na caserna, inclusive entre oficiais, desmotivados com o trabalho e com as situações adversas que enfrentam nos corpos de tropa do interior do Brasil (ADN, maio de 1920).

Para alguns, a Revista mostra, através da coluna *Da Província*, as feridas que estão se tornando incuráveis justamente pela demora do remédio apropriado (ADN, agosto de 1920). A situação é de calamidade e, embora determinadas ações tenham sido postas em prática a fim de melhorar a condição dos corpos de tropa, a maioria dos oficiais de baixa patente sentiu-se incomodado pelas condições de trabalho.

¹⁰ Para que fique claro ao leitor o descalabro da situação, oficialmente a hierarquia militar dita o seguinte: 1ºs tenentes e 2ºs tenentes tem competência para comandar pelotões, um dos menores grupamentos militares com cerca de trinta homens e seus subordinados diretos são os sargentos e os cabos; capitães comandam companhias, com cerca de cem homens, cujos subordinados diretos são os tenentes; majores comandam batalhões, que são unidades formadas por três companhias; tenente-coronel e coronel comandam regimentos que é a unidade maior composta de sete ou nove companhias. Daí por diante, os comandos são exercidos por generais, divididos em General de Brigada, General de Divisão e General de Exército. Em caso de situações excepcionais, como em guerras, oficiais de menor grau poderiam comandar unidades cujo grau não correspondesse ao seu posto, mas somente por tempo determinado, até a chegada de oficial com posto equivalente à função ou diante da promoção ao posto necessário à função. Este, definitivamente, não era o caso do Brasil na década de 1920.

Em 1921, passados dois anos, um oficial de artilharia de Cruz Alta falou sobre a situação de seu regimento, de forma caricata e irônica:

E aqui vem o porém, como eu ia dizendo, faltam os canhões e ainda, pouquinho coisa mais, faltam os arriamentos de tração e os cavalos, isto é faltam as armas e os meios de conduzi-las. Como se vê, é um regimento ao qual só falta o regimento (ADN, abril de 1921).

O mesmo oficial admite que “seria bom se os homens daí da Corte se lembrassem de que *o exército da província* também faz a guerra” [grifos no original] (ADN, abril de 1921). Assim, embora a situação descrita pelos militares através das páginas da Revista fosse de indisciplina, os redatores preveniam seus leitores de que “sempre repugnaram aos desta Revista, os recursos insidiosos e os moldes revolucionários” (ADN, junho de 1919). De fato, durante toda a década de 1920, os redatores não citaram, em nenhum momento, a ação dos movimentos de 1922, 1924 e 1925.¹¹

Inferimos que o silêncio da Revista em relação ao Movimento Tenentista foi, justamente, sua maior característica legalista: ao não se pronunciar, os redatores se tornavam indiferentes aos militares revoltosos, condenando pelo silêncio sua ação e conduzindo, sem cessar, suas pugnas pela transformação do Exército. Como referido, os movimentos acabaram por desestruturar a Revista e esta conseguiu firmar-se novamente por volta de 1928.

A imprensa da capital, por outro lado, estava bastante atenta àquilo que era escrito nas páginas de ADN. É possível que parte das edições gratuitas distribuídas fossem exemplares destinados à grande imprensa, a fim de propagandear os objetivos da Revista, embora não tenhamos encontrado referências sobre este ponto. Os redatores registraram, em julho de 1926, que a imprensa diária ecoou de forma cativante o retorno da Revista ao seu caráter mensal. Os jornais *A Pátria*, *A Noite* e *O Jornal* publicaram trechos da Revista e notas favoráveis sobre o trabalho desenvolvido pelos oficiais. Para os editores de *A Noite*, *A Defesa Nacional* estava sob o comando de oficiais esclarecidos e dedicados do Exército e contribuía, definitivamente, ao progresso da nação e do Exército (ADN, julho de 1926). Outro periódico, chamado *A Folha*, de Jundiaí (São Paulo), publicou nota abonadora sobre a Revista.

Em nota, publicada em 1926, os redatores esclareceram que dentre os exemplares gratuitos foram destinadas as edições para Assis Chateaubriand, Pandiá Calógeras, Everardo Backheuser, Miguel Calmon, Oliveira Vianna e Barbosa Lima Sobrinho. Para os redatores, tal ação significava saltar “os muros do meio militar, derramando-se aos quatro ventos à

¹¹ Referimo-nos, aqui, respectivamente, à Revolta do Forte de Copacabana, à Revolta de 1924, em São Paulo, e ao início da Coluna Prestes-Miguel Costa em 1925.

divulgação em larga escala” do pensamento dos militares. A ideia era exteriorizar o pensamento militar cada vez mais, já que era urgente que a nação conhecesse o Exército que tinha e que deveria ter (ADN, agosto de 1926). A abertura maior da Revista, através também de sua venda avulsa, precisaria atrair o concurso de técnicos civis que discutissem nas páginas de *A Defesa Nacional* “problemas como o dos transportes, das indústrias químicas, da metalúrgica, da viação marítima, fluvial, rodoviária e ferroviária [...] enfim, todos os problemas vitais para a organização militar do país” (ADN, agosto de 1926).

Em janeiro de 1927, a própria Revista falava de si ao afirmar que:

a minha maior glória está em ter modelado a mentalidade nova do Exército, a tal ponto desenvolvida hoje que ninguém mais poderá destruí-la. Agora estou a serviço da conquista máxima da nova mentalidade militar que elaborei: integrar-se o Exército na nação (ADN, janeiro de 1927).

Desta forma, os editores de *A Defesa Nacional* conseguiram chamar a atenção não apenas de alguns setores da sociedade, mas da própria instituição em si. A coluna *Da Província* destacou-se, nesse sentido, por ser um canal direto de comunicação entre assinantes e editores da Revista, empenhados no serviço de remodelar o Exército.

CONCLUSÃO

A coluna *Da Província* chama atenção por ser o exemplo prático da justificativa de existência da Revista *A Defesa Nacional*. Ela mostra a situação de precariedade do Exército nacional e justifica a ação dos jovens reformadores que aspiravam, antes de tudo, um Exército forte e dotado de uma mentalidade profissional. Seus frequentes apelos para mudanças encontraram eco no Alto Comando do Exército que colocou em prática alguns dos projetos encabeçados pelas páginas da Revista, como, por exemplo, as constantes reformas no ensino militar e a contratação de uma missão militar estrangeira de instrução.

Determinados autores, como Frank McCann e Edmundo Campos Coelho, problematizaram a questão da indisciplina e da quebra da hierarquia no interior da instituição neste período. A esse respeito, é necessário reafirmar o caráter combativo dos editores da Revista. Em editorial de agosto de 1920, os jovens reformadores se descreveram como “destruidores da inércia, os descontentes dos processos insuficientes e irrosórios, os ambiciosos da grandeza e segurança da pátria, que ainda não souberam trocar tão nobre anelo pela lisonja dos poderosos” (ADN, agosto de 1920).

Para McCann, as repetidas denúncias dos problemas institucionais do Exército e dos problemas nacionais nas páginas de *A Defesa Nacional* endossou o clima de agitação na instituição militar na década de 1920 (MCCAN, 2007, p. 278). Embora os oficiais ligados à Revista tenham sido sempre legalistas e a favor da manifestação do Exército como uma instituição coesa, as idéias expressas na publicação contra o sistema oligárquico, a corrupção do governo e os problemas nacionais podem ter sido interpretadas como uma justificativa para a revolta na caserna.

Para Coelho, os movimentos revolucionários de 1922 e 1924 foram influenciados por três esferas distintas, porém interligadas: a esfera pessoal, de descontentamento com a carreira militar, a esfera profissional, de descontentamento com a situação geral da instituição militar e uma terceira esfera, política, de descontentamento com o sistema liberal. O discurso dos jovens reformadores nas páginas de *A Defesa Nacional* aprofundou o conflito entre oficiais subalternos e superiores e os tenentes extravasaram as barreiras legais neste conflito. Para Coelho, não havia, portanto, a vinculação destes movimentos com outros, de classe, como tem sido comumente tratado pela historiografia, ou seja, não existia ideologia ou interesse de classe aliado ao movimento. Segundo Coelho:

Sua inspiração era o desejo de alterar aspectos do regime que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar ajustada às aspirações dos quadros mais profissionalizados e modernizantes do Exército. Em suma, os interesses envolvidos eram os da organização militar, tal como os “tenentes” os percebiam, ainda que possam ter coincidido com qualquer outro setor da sociedade brasileira (COELHO, 1976, p. 87).

A historiografia tradicional acostumou-se a interpretar o tenentismo como um movimento ideológico, muitas vezes descolado da instituição militar. Para Lanna Junior, o tenentismo foi a única alternativa às ambições das classes médias populares. Os militares rebeldes teriam se transformado, desta forma, em vanguarda política contra o domínio oligárquico cafeeiro (LANNA JUNIOR, 2008, p. 316). Para Edgar Carone, os tenentes procuraram uma solução mais ampla para seu problema de caráter social e político ao recorrer ao combate armado, enquanto a velha guarda militar pretendia cargos públicos, a fim de resolver seus problemas (CARONE, 1970, p. 367).

Parece-nos claro que a interrupção da coluna *Da Província*, em 1925, tem ligação com os movimentos revolucionários no interior da instituição militar neste período. A mudança de caráter da coluna com a publicação de textos positivos em relação ao Exército responde, por

um lado, a necessidade de demonstrar que a Revista está do lado legalista; e, por outro, surge na tentativa de diminuir os possíveis confrontos de grupo dentro da própria instituição.

Durante a década de 1920, os militares dividem-se em grupos políticos genericamente classificados como *legalistas* e *revolucionários*. Os primeiros, mais afinados com o discurso dos oficiais que fundaram a Revista, advogavam que o maior aperfeiçoamento do Exército conduziria ao ideal de disciplina e organização criando, assim, uma mentalidade na sociedade a favor da defesa da pátria. Além do mais, esses militares eram favoráveis que o Exército se engajasse nos problemas nacionais como um corpo coeso, de forma que a política não pudesse se infiltrar em seu meio, conduzindo à dissolução da hierarquia, da disciplina e do caos institucional. Sob outro ponto de vista, a ação de grupos revolucionários indicava o desejo de alguns oficiais em participar plenamente das mudanças institucionais e sociais que o país deveria passar. Este grupo concordava com as opiniões em relação ao Brasil, difundidas nas páginas de *A Defesa Nacional* e, com certeza, o apoio intelectual para o projeto destes oficiais partiu dos editoriais e dos artigos expostos nas páginas da Revista.

Desta forma, demonstramos que os militares estavam profundamente conscientes das dificuldades da própria instituição. O debate iniciado pelos oficiais editores de *A Defesa Nacional*, em 1913, não havia terminado: seus ecos seriam ouvidos duas décadas depois, em 1930, repetindo discursos e elaborando novas doutrinas em relação ao papel do Exército e aos problemas nacionais. Mesmo que alguns assuntos tenham encontrado solução, como a contratação de uma missão estrangeira e a reforma do ensino, muitos ainda necessitavam de atenção. Durante a década de 1920, os constantes movimentos revolucionários dentro do Exército iriam dificultar a sua modernização. A própria *Missão Indígena* foi desmontada após os primeiros embates ocorridos em 1922 porque muitos oficiais instrutores estavam envolvidos diretamente com as ações revolucionárias.

REFERÊNCIAS

CALOGERAS, João Pandiá. *Problemas da Administração*. São Paulo; Cia. Editora Nacional, 1935.

CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional: A Revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. Niterói: UFF, 1985.

CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. Companhias das Letras: São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um sertão: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

REVISTAS A DEFESA NACIONAL (ADN)

Fatos e Notas. In: Revista *A Defesa Nacional*, maio de 1924.

Dando Exemplo. In: Revista *A Defesa Nacional*, agosto de 1926.

Ultima Lição. In: Revista *A Defesa Nacional*, janeiro/fevereiro de 1928.

Editorial. In: Revista *A Defesa Nacional*, junho de 1919.

A pandemia da insubmissão ao serviço militar. In: *A Defesa Nacional*, março de 1919.

Justiça Injustável. In: Revista *A Defesa Nacional*, março de 1921.

Promoção. In: Revista *A Defesa Nacional*, janeiro de 1919.

O Estágio na Tropa em Terras distantes. In: Revista *A Defesa Nacional*, junho de 1920.

Internismo ou efetismo. In: Revista *A Defesa Nacional*, julho de 1923.

Da Província. In: Revista *A Defesa Nacional*, maio de 1921.

Da Província. In: Revista *A Defesa Nacional*, janeiro 1919.

Da Província. In: Revista *A Defesa Nacional*, Junho de 1919.

Para a Frente! In: Revista *A Defesa Nacional*, julho de 1926.

Dando Exemplo. In: Revista *A Defesa Nacional*, Agosto de 1926.

Editorial. In: Revista *A Defesa Nacional*, janeiro 1927.

Editorial. In: Revista *A Defesa Nacional*, fevereiro 1919.

O Ingrato Aviso 265. In: Revista *A Defesa Nacional*, junho 1919.

Editorial. In: Revista *A Defesa Nacional*, agosto de 1923.

Editorial. In: Revista *A Defesa Nacional*, Maio-Junho 1926.